

**FENÔMENOS PSICOLÓGICOS E PSICOSSOCIAIS EM SITUAÇÃO DE ABUSO E  
VIOLÊNCIA SEXUAL NA SEGUNDA INFÂNCIA DE USUÁRIOS DE SERVIÇOS DE  
INSTITUIÇÕES AMBULATORIAIS**

**PSYCHOLOGICAL AND PSYCHOSOCIAL PHENOMENA IN SITUATIONS OF ABUSE  
AND SEXUAL VIOLENCE IN EARLY CHILDHOOD AMONG USERS OF OUTPATIENT  
SERVICES**

**FENÓMENOS PSICOLÓGICOS Y PSICOSOCIALES EN SITUACIONES DE ABUSO Y  
VIOLENCIA SEXUAL EN LA PRIMERA INFANCIA ENTRE USUARIOS DE SERVICIOS  
AMBULATORIOS**

 <https://doi.org/10.56238/arev8n1-069>

**Data de submissão:** 12/12/2025

**Data de publicação:** 12/01/2026

**Solano Pinto Cordeiro**

Mestrando em Psicologia

Instituição: Universidade federal do Amazonas (UFAM)

E-mail: solanopsi.sc@gmail.com

**Elane Calazans Nascimento**

Pós-Graduada em Psicologia Clínica

Instituição: Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI)

E-mail: elanenascimento257@gmail.com

**Lorena Barbosa de Castro Bittencourt**

Graduanda em Psicologia

Instituição: Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Sociais e Biotecnológicas (FBN)

E-mail: lorenabittencourt.psi@hotmail.com

**Débora Ferreira Margalho**

Graduanda em Psicologia

Instituição: Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Sociais e Biotecnológicas (FBN)

E-mail: debymar31@yahoo.com.br

**Rafael Barreto França**

Graduando em Psicologia

Instituição: Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Sociais e Biotecnológicas (FBN)

E-mail: rafaelfranpsi@gmail.com

**Israely Tabosa de Souza**

Graduanda em Psicologia

Instituição: Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Sociais e Biotecnológicas (FBN)

E-mail: isatabosapsi@gmail.com

**Dariane Souza Pereira**  
Graduanda em Psicologia

Instituição: Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Sociais e Biotecnológicas (FBN)  
E-mail: darianesouzapsi@gmail.com

**Andrelle Fernandes Freire**  
Graduanda em Psicologia

Instituição: Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Sociais e Biotecnológicas (FBN)  
E-mail: andrelle.fernandes@hotmail.com

## **RESUMO**

O presente estudo tem por Objetivo Geral de pesquisa: Compreender como o abuso e a violência sexual na segunda infância de usuários de serviços de instituições ambulatoriais, influenciam em fenômenos psicológicos e psicossociais. O paradigma de pesquisa aqui adotado, se constrói dentro das orientações Metodológicas de Revisão Sistemática de Literatura, isto é, haverá execução de levantamento de descritores e de documentos, tendo como bases pré-existentes: sites, repositórios e outros. Foi adotado o seguinte critério: critérios de inclusão - seleção de estudos que abordaram o tema, ser um relato de pesquisa científica, ser publicado no âmbito nacional. A partir dos resultados e discussão, dentro das questões imbricadas às tipologias relacionadas à violência física, fenômenos psicossociais e psicológicos, estão no topo dos achados estatísticos que permeiam as denúncias que envolvem tanto crianças do sexo masculino quanto do feminino. As evidências analisadas indicam que as tipologias de abuso e violência sexual na segunda infância apresentam elevada incidência no Brasil, com maior prevalência entre crianças do gênero feminino, embora também acometam crianças do gênero masculino. Os dados de sistemas oficiais de notificação revelam maior vulnerabilidade na faixa etária entre 5 e 14 anos, frequentemente em contextos intrafamiliares, sendo que fatores como desigualdades regionais, fragilidade das redes de proteção e subnotificação, intensificada durante a pandemia de Covid-19, influenciam diretamente os índices registrados, reforçando a necessidade de estratégias integradas de prevenção e cuidado. Foi entendido que, apesar de haver indicadores estatísticos, não somente a denúncia e o próprio monitoramento da rede de proteção serão sozinhos eficazes, isto é, para que o suporte às vítimas seja de fato plausível, deve-se observar o acompanhamento psicológico, bem como, a visão multidisciplinar de outros profissionais que possam subsidiar a ressignificação da vivência traumática, que por sua vez traz consequências a estas pessoas.

**Palavras-chave:** Segunda Infância. Violência e Abuso Sexual. Fenômenos Psicológicos e Psicossociais. Atuação do Psicólogo. Equipe Multidisciplinar. Serviços Ambulatoriais.

## **ABSTRACT**

The general research objective of this study is to understand how abuse and sexual violence in early childhood among users of outpatient services influence psychological and psychosocial phenomena. The research paradigm adopted here is constructed within the methodological guidelines of a Systematic Literature Review, that is, there will be a survey of descriptors and documents, using pre-existing databases such as websites, repositories, and others. The following criteria were adopted: inclusion criteria - selection of studies that addressed the topic, being a report of scientific research, and being published nationally. From the results and discussion, within the issues intertwined with the typologies related to physical violence, psychosocial and psychological phenomena are at the top of the statistical findings that permeate the complaints involving both male and female children. The analyzed evidence indicates that the typologies of abuse and sexual violence in early childhood have a high incidence in Brazil, with a higher prevalence among female children, although they also affect male children. Data from official notification systems reveal greater vulnerability in the 5-14 age

group, frequently within family contexts. Factors such as regional inequalities, weak protection networks, and underreporting, intensified during the Covid-19 pandemic, directly influence the recorded rates, reinforcing the need for integrated prevention and care strategies. It was understood that, despite the existence of statistical indicators, reporting and monitoring by the protection network alone will not be effective. That is, for support to victims to be truly plausible, psychological support must be considered, as well as the multidisciplinary perspective of other professionals who can contribute to the reinterpretation of the traumatic experience, which in turn has consequences for these individuals.

**Keywords:** Early Childhood. Sexual Violence and Abuse. Psychological and Psychosocial Phenomena. Psychologist's Role. Multidisciplinary Team. Outpatient Services.

## **RESUMEN**

El objetivo general de la investigación es comprender cómo el abuso y la violencia sexual en la primera infancia, entre usuarios de servicios ambulatorios, influyen en los fenómenos psicológicos y psicosociales. El paradigma de investigación adoptado se basa en las directrices metodológicas de una Revisión Sistemática de la Literatura, es decir, se realizará un análisis de descriptores y documentos, utilizando bases de datos preexistentes como sitios web, repositorios y otros. Se adoptaron los siguientes criterios de inclusión: selección de estudios que abordaran el tema, que fueran informes de investigación científica y que estuvieran publicados a nivel nacional. De los resultados y la discusión, dentro de las cuestiones relacionadas con las tipologías de violencia física, los fenómenos psicosociales y psicológicos se encuentran en la cima de los hallazgos estadísticos que permean las denuncias que involucran tanto a niños como a niñas. La evidencia analizada indica que las tipologías de abuso y violencia sexual en la primera infancia tienen una alta incidencia en Brasil, con mayor prevalencia entre las niñas, aunque también afectan a los niños. Los datos de los sistemas oficiales de notificación revelan una mayor vulnerabilidad en el grupo de edad de 5 a 14 años, frecuentemente en contextos familiares. Factores como las desigualdades regionales, la debilidad de las redes de protección y el subregistro, intensificados durante la pandemia de COVID-19, influyen directamente en las tasas registradas, lo que refuerza la necesidad de estrategias integradas de prevención y atención. Se comprendió que, a pesar de la existencia de indicadores estadísticos, el reporte y el monitoreo por parte de la red de protección por sí solos no serán eficaces. Es decir, para que el apoyo a las víctimas sea verdaderamente plausible, se debe considerar el apoyo psicológico, así como la perspectiva multidisciplinaria de otros profesionales que puedan contribuir a la reinterpretación de la experiencia traumática, lo que a su vez tiene consecuencias para estas personas.

**Palabras clave:** Primera Infancia. Violencia y Abuso Sexual. Fenómenos Psicológicos y Psicosociales. Rol del Psicólogo. Equipo Multidisciplinario. Servicios Ambulatorios.

## 1 INTRODUÇÃO

A partir do panorama contemporâneo, as questões de violência contra crianças e adolescentes, ocupa um lugar importante como pauta que atravessa as discussões em saúde mental. Durante os anos seguintes, em especial a partir do ano de 2021, observa-se o fortalecimento de diretrizes nacionais e internacionais voltadas à prevenção da violência sexual infantil e à organização da rede de cuidado, com destaque para a Linha de Cuidado para Atenção Integral à Saúde de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, que estabelece fluxos de atendimento, notificação e acompanhamento interdisciplinar, e para as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Situações de Violência contra Crianças e Adolescentes, que orientam práticas éticas, humanizadas e centradas na proteção integral da criança.

É nesse contexto que a atuação do Psicólogo vai ganhando espaço e atuando juntamente a rede de enfrentamento a violência, principalmente no que diz respeito a Instituições de Atenção à Saúde. Assim sendo, é a fim de dialogar com essa realidade, que surge o *problema de pesquisa deste trabalho: Como o abuso e a violência sexual na segunda infância de usuários de serviços de instituições ambulatoriais, influenciam em fenômenos psicológicos e psicossociais*.

Para que essa problemática seja investigada, torna-se necessário seguir um delineamento específico, especialmente no cerne das definições de violência contra crianças, visando observar marcos da segunda infância. Desta forma, o *Objetivo Geral desta pesquisa é: Compreender como o abuso e a violência sexual na segunda infância de usuários de serviços de instituições ambulatoriais, influenciam em fenômenos psicológicos e psicossociais*. Esta base inicial, será suporte para que outras questões sejam investigadas, a caso, é relevante que se abram categorias de análise durante o percurso da pesquisa. Não obstante, os Objetivos Específicos se estabelecem da seguinte maneira: **(a)** Evidenciar como se dá o trabalho do Psicólogo em instituições ambulatoriais, bem como, seus aspectos éticos e técnicos; **(b)** Conhecer os trabalhos das Equipes Multidisciplinares em caso de violência e abuso sexual contra crianças, e **(c)** Levantar definições e dados a respeito das tipologias da violência na segunda infância e as consequências psicológicas e psicossociais decorrentes do abuso sexual.

O estudo aqui proposto possui justificativa em ajudar no entendimento acadêmico e social de como se dá a lógica dos fenômenos psicológicos e psicossociais, tendo como interventor a violência contra crianças, possui várias interfaces e a impescindibilidade para as dimensões que este se aplica, tendo como base a prevenção, o enfrentamento/combate e intervenções cabíveis em casos de já instaurado. Neste sentido a possibilidade de elucidar o quanto questões como abuso e violência sexual possuem elementos que influenciam nos aspectos vivenciais e/ou na forma com que as pessoas lidam

com determinadas demandas imbricadas às suas experiências, promovendo mais dados a respeito do tema dentro do espaço científico.

Para tanto este trabalho também possibilita o desenvolvimento de reflexões que concernem ao temas propostos ao longo do corpo teórico que engendram as discussões que serão feitas aqui, compreendendo-se a pesquisa como facilitadora de processos que envolvam aquisição de conhecimento, bem como, a construção de novas epistemes que formulem debates permeando como pode o tema ser estudado de forma inovadora, e, mesmo que haja esses debates, as relações com outros estudos conjuntos que envolvam pesquisas a respeito de fenômenos Psicológicos e Psicossociais, possam atuar como desenvolvedores de trabalhos que possam transversalizar com o campo da psicologia e atenuem um caminho teórico/prático.

Sintetizando de forma dialética o escoamento do pensamento complexo, evidenciando o desdobramento e novas formas de compreender os fenômenos em questão, bem como, suas interfaces.

O paradigma de pesquisa aqui adotado, se constrói dentro das orientações **Metodológicas de Revisão Sistemática de Literatura**, isto é, haverá execução de levantamento de descritores e de documentos, tendo como bases pré-existentes: sites, repositórios e outros. O caráter metodológico também fará uso de sistemas qualitativos e quantitativos, procurando alcançar as correlações com a temática e seus objetivos, articulando as suas propostas às literaturas. A partir disso, é importante considerar as orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas e NBR, para que a pesquisa em questão tenha rigor em matrizes científicas sistêmicas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A SEGUNDA INFÂNCIA E MARCOS DESENVOLVIMENTO

Inicialmente este trabalho tem como escopo elucidar aspectos referentes ao abuso e violência sexual na segunda infância. Primeiramente entenderemos o que é a segunda infância e como é o desenvolvimento cognitivo da criança nesta fase, em seguida esclareceremos o que de fato é abuso e violência sexual.

Papalia (2021) afirma que, a segunda infância se dá a partir de 3 a 6 anos de idade, ainda de acordo com ela este momento é comumente classificado como pré-escolar, e é neste período que as crianças entram nesta fase. Em termos físicos e cognitivos, muitas mudanças ocorrem, dentre elas estão:

[...] rápido aperfeiçoamento do controle muscular e da coordenação olho-mão, acompanhados de uma compreensão cada vez maior do mundo a seu redor - compreensão orientada por sua capacidade de observação e memória e suas interações verbais com seu pai.

Juntas, essas influências físicas, cognitivas e sociais ajudaram-na a expressar seus pensamentos e suas emoções através da arte (Papalia, 2021, p. 272).

Falar a respeito da segunda infância é bastante interessante do ponto de vista do desenvolvimento humano, pois nesta época os impúberes ganham mais consciência do mundo que os circunda. Papalia (2021, p. 273) ressalta ainda que:

Em torno dos 3 anos, as crianças começam a assumir a aparência delgada e atlética da infância. À medida que se desenvolvem os músculos abdominais, a barriga redonda de antes se comprime. O tronco, os braços e as pernas tornam-se mais compridos. A cabeça ainda é relativamente grande, mas as outras partes do corpo continuam aumentando, fazendo com que as proporções corporais se tornem mais semelhantes às de um adulto.

Ainda neste sentido, as funções cognitivas começam a despontar, Jean Piaget chama então este desenvolvimento de pré-operacional, devido tendo um tempo de duração média entre 2 e 7 anos de idade. Papalia (2021, p. 285) alega que:

[...] as crianças gradualmente se tornam mais sofisticadas em seu uso de pensamento simbólico, que surge ao final do estágio sensório-motor. Contudo, segundo Piaget, elas não são capazes de pensar logicamente antes do estágio de operações concretas na terceira infância.

A partir de então, as relações sociais também se tornam algo mais presente, visto que a questão da simbolização se torna mais clara para uma criança. De acordo com Fonsaca & Araújo (2011, p. 1) “[...] à medida que se desenvolve, o homem se emancipa de sua condição primária de total dependência, para experiências progressivamente mais autônomas”.

É neste sentido que os seres humanos são vistos como biopsicossociais. De uma forma global a criança nesta fase da vida ainda está se tornando independente de seus cuidadores, ainda possuem uma fragilidade, pois estas possuem capacidade de verbalização de quase 19 mil palavras, impossibilitadas assim de reconhecerem outros milhares de expressões linguísticas (Fonsaca & Araújo, 2011).

Agora que já entendemos parcialmente do que se trata a segunda infância, elucidaremos o que é o abuso e a violência sexual e logo mais à frente desta discussão falaremos sobre os índices e os indicadores proferidos a respeito deste tema.

A palavra violência origina-se do latim vis, força, e, [...] abrange tudo o que ocorre forçosamente contra a espontaneidade, a vontade, a liberdade e/ou a natureza de algum ser. É também todo ato de violação e transgressão dos valores positivos dados por uma sociedade como justos e como um direito. Consequentemente, é um ato de brutalidade que envolve maus-tratos, abuso físico,

sexual e/ou psíquico contra o sujeito, pressupondo as relações intersubjetivas e sociais determinadas pela opressão, intimidação e/ou pelo medo (TEIXEIRA FILHO et. al, 2013, p. 90).

E relação a discussão acima, o abuso e a violência sexual se consolidam de vários modos como físico, psicológico, moral e dentre outros. O autor enfatiza principalmente o modo coercitivo em que a violência e o abuso sexual se dão, este ato então se dá principalmente por vias de fato quanto não o ato sexual não é consentido, quanto por vulnerabilidades.

Texeira et. al (2013, p. 90-91) afirma que:

[...] a violência sexual pode ser considerada como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um adolescente ou adulto e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente essa criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra.

Já a violência sexual pode ser concebida ressaltam Pimentel & Araújo, (2006, p.40) apud Texeira et. al (2013, p. 91) como:

[...] Abuso Sexual, o qual é um tipo de agressão definido como “o envolvimento de crianças e adolescentes dependentes e evolutivamente imaturos em atividades sexuais que eles não compreendem, para os quais não são capazes de dar consentimento informado, e que violam os tabus sexuais dos papéis familiares”.

A vivência de experiências traumáticas na infância, como o abuso sexual, pode comprometer o funcionamento psíquico e neurobiológico da criança, afetando sua percepção de segurança, sua capacidade de simbolização e seus processos de autorregulação emocional. Van der Kolk (2021) destaca que o trauma infantil tende a se expressar de forma integrada entre mente e corpo, influenciando o desenvolvimento emocional ao longo do ciclo vital, tema este a qual será foco de discussão mais à frente neste trabalho.

### 3 METODOLOGIA

O paradigma de pesquisa aqui adotado, se constrói dentro das orientações **Metodológicas de Revisão Sistemática de Literatura**, isto é, haverá execução de levantamento de descritores e de documentos, tendo como bases pré-existentes: sites, repositórios e outros. Fundamentado em escopo qualitativo, delineando-se de forma descritiva (Gil, 2010). Ademais, houve procura online de indexadores de revistas e arquivos de biblioteca, utilizando os seguintes descritores: violência sexual contra crianças, impactos psicológicos em crianças que sofreram violência e/ou abuso sexual, serviços de atenção a crianças e adolescentes que sofreram abuso e/ou violência sexual, atuação do psicólogo em casos de atendimentos de crianças abusadas e outros. Em sequência, foi adotado os

seguintes critérios: *critérios de inclusão* - seleção de estudos que abordaram o tema, ser um relato de pesquisa científica, ser publicado no âmbito nacional e literaturas científicas dos anos de 2005 à 2025, o ato sistemático de seleção de forma profícua estabeleceu o uso de 27 documentos científicos mencionados na tabela abaixo.

Tabela 1 – Artigos Selecionados da Pesquisa

AUTORES	TÍTULO DO TRABALHO	TIPO DO TRABALHO	LOCAL	ANO
Albornoz, Ana Celina Garcia	Desenho da figura humana: indicadores de abandono, abuso sexual e abuso físico em crianças Clinical consequences of childhood sexual abuse. Washington, DC: American Psychological Association	Artigo Site	-	2011 2023
Alves, Simão. et al.	Análise das notificações de abuso sexual contra crianças e adolescentes entre 5 a 19 anos em Minas Gerais durante a pandemia da COVID-19 CÓDIGO, DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO	Artigo	Minas Gerais	2025
BRASIL	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990	Livro	Brasília	2005
BRASIL	Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) em situações de violência contra crianças e adolescentes.	Site	Brasília	2021
BRASIL	Conselho Federal de Psicologia Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças e adolescentes em situação de violência	Site	Brasília	2022
BRASIL	Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN): violências interpessoais	Site	Brasília	2021
Carneiro, Adriana Munhoz.	Psicologia hospitalar: teoria, aplicações e casos clínicos	Artigo	Psico-USF (Impr.),	2010
Carvalho, Liliane Brandão	PRÁTICAS DO PSICÓLOGO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE SAÚDE: O CUIDADO PARA COM O OUTRO. INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL: ATENDIMENTO PSICOLÓGICO NO SETOR AMBULATORIAL	Artigo	Repositório UFC	2006
De Paiva Santello, Danielle; ZAITH, Michele Cristina		Artigo	<a href="http://psicologia.pt/artigos/">.psicologia.pt/ artigos/</a>	2012

Fonsaca, Kriscieli; Araújo, Diana Sales Lima	Desenvolvimento cognitivo: um estudo de caso na segunda infância	Artigo	In: X congresso nacional de educação— EDUCERE & I seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação— SIRSSE.	2011
Franco, Maria Laura Publisi	Análise de Conteúdo	Livro	Brasília	2012
Freitas, K. P. B et. al	Abuso sexual contra crianças e adolescentes em uma Capital da Amazônia Legal	Artigo	Revista Eletrônica Acervo Saúde	2025
Gil, Antônio Carlos	Como elaborar projetos de pesquisa	Livro	São Paulo	2010
Lima, Amanda Boaventura	Dinâmica familiar e esquemas formados em adolescente vítima de violência sexual: um estudo de caso	Artigo	Rev. Psicol. Diversidade e Saúde.	2019
MANAUS	Você passou por uma situação de violência sexual? Violência sexual contra crianças e adolescentes: análise de dados e prevenção no contexto educacional amazônico	Site	Notícias	2025
Nascimento, Jefferson Araújo do		Dissertação de Mestrado	Manaus	2023
Neves, Anamaria Silva et al.	Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares	Artigo	Rev. Temas em psicologia	2010
Papalia, Diane.	Desenvolvimento Humano História de maltrato e indicadores de qualidade de vida: o que relatam os sujeitos identificados como maltratados na infância	Livro	Ed. Artmed	2021
Pereira, Elisa Ângela Monteiro		Artigo	Repositório	2011
Schaefer, Luiziana Souto; Rossetto, Silvana; Kristensen, Christian Haag.	Perícia psicológica no abuso sexual de crianças e adolescentes	Artigo	Rev. Psicologia: Teoria e Pesquisa	2012
Teixeira Filho, Fernando Silva et al.	Tipos e consequências da violência sexual sofrida por estudantes do interior paulista na infância e/ou adolescência. Caring for child survivors of sexual abuse: second edition — resource package and guidelines	Artigo	Rev. Psicologia & Sociedade	2013
UNICEF	Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.	Site	Comitê Internacional	2023
UNICEF		Site	Brasil	2024

Van Der Kolk, Bessel	O corpo guarda as marcas: cérebro, mente e corpo na cura do trauma	Livro	Porto Alegre	2021
Wendling, Michelle Menezes et al.	Hospital e psicanálise: a atuação do psicólogo em um ambulatório de Pediatria.	Artigo	Rev. SBPH	2019

Fonte: Cordeiro et al (2025).

O paradigma metodológico de procedimento utilizado foi a Análise de Conteúdo estruturado por Franco (2012), com as seguintes sistemáticas aplicadas: a pré análise, que consistiu-se na leitura prévia do material obtidos no levantamento aos indexadores online; a exploração do material, onde foi realizada leitura para a aquisição de informações contidos nos artigos e suas eventuais categorias; e o tratamento e interpretação dos dados, sendo executada a verossimilhança das informações e sua convergência ou divergência com a literatura da área científica relevante ao tema proposto, sendo os resultados alcançados expostos neste estudo.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

A atuação Psicológica em nosso país tem pouco mais de 50 anos, porém vem ganhando espaços em diversos campos. Além do mais, o Psicólogo vem tomando também a consciência de sua implicação política, bem como, um agente promotor de equilíbrio no campo da prevenção em saúde mental. Para mais, a partir das décadas de 70 a 80, o lócus do exercício profissional do psicólogo se consolidou ainda mais em aspectos ambulatoriais (Wendling, 2019).

Entretanto, os desdobramentos sociais, econômicos, demográficos, culturais, étnicos e dentre outros, foram subvertidos de maneira negativa, visto que houve cortes significativos no investimento nas premissas como: saúde, educação e segurança. Ademais, dentro do meio institucional, a atuação psicológica tem como função identificar as causas do sofrimento do indivíduo, tornando-o consciente da gênese da angústia (DE Paiva Santello; Zaith, 2012).

Posto que, de acordo com Carneiro (2019, p.1) “[...] nessa parte, são abordados os níveis de atendimento de saúde e a relação da psicologia da saúde com outras áreas, tendo em vista sua visão multidisciplinar” (Carneiro, 2019, p. 1). Sem embargo, o referido tema será trabalhado mais a frente, nos atentemo-nos então para a questão da atuação em contexto ambulatorial.

Os serviços ambulatoriais são datados desde XV, porém com o passar do tempo houve grandes mudanças neste meio. A despeito de uma atuação que outrora era totalmente medicalizada e hospitalocêntrica, os achados de Foucault (1977) apud. Wendling (2019) apontam que os serviços oferecidos na época, eram voltados para a patologização, embora Foucault tenha surgido naquele

contexto com discussões opositoras ao atual exercício hospitalar, havia uma resistência muito grande quanto ao tema voltado para a doença. Posto que, “[...] ao reunir condições para que as doenças se apresentem repetidamente, trilha-se, ao mesmo tempo, o caminho para o conhecimento como ato de reconhecer” (Foucault, 1977, p. 137 apud Wendling, 2019, p. 190).

Tendo em vista a alusão acima, tais ações estavam dispostas pelo mundo todo, no entanto em 1988 com a instalação do SUS no Brasil, foram criados dispositivos que atendessem de maneira mais humana os usuários do sistema ambulatorial (Wendling, 2019).

O processo de substituição dos manicômios e implementação dos Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) e dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) passaram a oferecer múltiplos cuidados extra-hospitalares. Estratégias como o Projeto Terapêutico Singular multiplicaram as possibilidades de cuidado e deslocaram a centralidade do modelo medicalizante e hospitalar, cujo foco era a internação (Wendling, 2019, p. 191).

Ao contrário de quando os atendimentos eram voltados para a doença em si e sintomas, na atualidade o que se busca dentro deste cerne é o cuidado com a pessoa humana em sua totalidade, ou seja, com a implantação do SUS o Psicólogo pode oferecer serviços que buscassem o sujeito em sua integralidade como sendo biopsicossocial, obedecendo em tese os princípios do que prevê o referido programa (Wendling, 2019).

No contexto dos serviços ambulatoriais, a atuação do psicólogo é fundamental para o acolhimento, a identificação e o acompanhamento de crianças em situação de violência sexual. Conforme orienta o Conselho Federal de Psicologia (2022), essa prática deve ser pautada por princípios éticos, técnicos e humanizados, priorizando a escuta qualificada, a proteção integral da criança e a articulação com a rede intersetorial de cuidado.

#### 4.2 ASPECTOS TÉCNICOS E ÉTICOS DA PROFISSÃO DO PSICÓLOGO EM QUESTÕES DE ABUSO E VIOLÊNCIA SEXUAL

Em consonância com as discussões feitas acima, os aspectos técnicos e éticos da profissão do Psicólogo, vão ao encontro dos princípios norteadores que estão previstos pelo Código de Ética do Psicólogo, bem como, o sigilo profissional aludido nos Art. 9º, 10º e 11º do mesmo. Podemos então destacar alguns princípios desta forma:

I.O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade

política, econômica, social e cultural. IV. O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática (Brasil, 2005, p. 7).

Em decorrência dos princípios do Código de Ética, as questões técnicas também terão que obedecê-lo, de maneira que seja a atuação do profissional enquanto psicólogo esteja em harmonia com o referido Código. Isto posto, uma execução implicará nas seguintes determinações (Brasil, 2005, p. 16):

Art. 21 – As transgressões dos preceitos deste Código constituem infração disciplinar com a aplicação das seguintes penalidades, na forma dos dispositivos legais ou regimentais: a) Advertência; b) Multa; c) Censura pública; d) Suspensão do exercício profissional, por até 30 (trinta) dias, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia; e) Cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.

É proposto então a observância do Código de Ética e a contínua reflexão a respeito de nosso fazer enquanto profissionais da Psicologia. Para tanto, trataremos agora das implicações de nosso exercício frente às questões voltadas para a violência e o abuso sexual.

De acordo com Carvalho (2006, p. 88) “[...] a realidade dos serviços de saúde, contudo, impõe ao psicólogo da saúde uma revisão de sua prática e uma ruptura com os muros do seu consultório instalado na instituição, o que nos leva a perceber que devemos estar em conformidade com o princípio III do Código de Ética, que menciona que é nosso dever “[...] promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Brasil, 2005, p. 16).

Além de que, o Psicólogo também atuará como técnico visualizando os direitos da criança e do adolescente conforme a Lei 8. 069/1990. Assim sendo, em casos de violência e abuso sexual, é dever do psicólogo orientar e obedecer ao Art. 8º do Código de Ética:

Para realizar atendimento não eventual de criança, adolescente ou interdito, o psicólogo deverá obter autorização de ao menos um de seus responsáveis, observadas as determinações da legislação vigente: §1º – No caso de não se apresentar um responsável legal, o atendimento deverá ser efetuado e comunicado às autoridades competentes (Brasil, 2005, p. 12).

De acordo com a Resolução 010/05, o inciso “§2º - O psicólogo responsabilizar-se-á pelos encaminhamentos que se fizerem necessários para garantir a proteção integral do atendido” (BRASIL, 2005, p. 12). Tais encaminhamentos também terão que estar de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, deve-se orientar os mesmos a respeito de seus direitos e como estes são

sujeitos de direito, enfatizando ainda em conformidade com o Art. 100 do ECA “[...] privacidade: a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada” (Brasil, 2021, p. 63).

Em relação a vítimas de abuso e/ou violência sexual o Art. 130 do ECA prevê que: “verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum” (Brasil, 2021, p. 76).

As normativas recentes reforçam que a garantia da privacidade deve estar articulada à prevenção da revitimização institucional. O CFP (2022) orienta que crianças vítimas de violência sexual não sejam submetidas a múltiplos relatos desnecessários, priorizando escuta qualificada, sigilo profissional e respeito ao tempo psíquico da criança.

Dentro desta perspectiva, cabe também como aspecto técnico que o Psicólogo observe as implicações do caso e oriente os responsáveis pela criança a respeito de quais procedimentos devem ser tomados e a quais lugares devem se dirigir para fins de denúncia e execução dos direitos que seu impúbere enquanto pessoa é sujeito de direito, sobretudo, onde serão feitas averiguações e perícias em relação ao ato sofrido pela criança (Schaefer; Rossetto; Kristensen, 2012).

De acordo com Benfica & Vaz (2008) apud Schaefer et. al (2012, p. 229) a perícia será feita por peritos:

[...] nomeados pelo juiz ou oficialmente constituídos por concurso público para realizarem a perícia, sendo pessoas com entendimento técnico do assunto que fornecem a sua verificação e interpretação dos fatos, emitidos através do laudo.

Além do que, o processo de judicialização se dá por meio do registro de Boletim de Ocorrência em Delegacias Especializadas e após isso por meio desta dá-se entrada nos autos processuais por meio do Juizado da Infância e Juventude (Schaefer; Rossetto; Kristensen, 2012).

A perícia psicológica abrange a entrevista, a seleção, a aplicação e o levantamento de testes e de fatos da vida referentes ao passado e ao presente do sujeito e do episódio ocorrido, de acordo com as necessidades e questões levantadas em cada processo. Exige do psicólogo, portanto, a capacidade de integrar as informações obtidas a partir de diferentes fontes em um relatório coerente e consistente. Convém ressaltar que os instrumentos empregados pelo psicólogo devem obedecer à determinação do órgão máximo profissional, o Conselho Federal de Psicologia (Rodrigues, 2004 apud Schaefer; Rossetto; Kristensen, 2012, p. 229).

Deste modo, os profissionais Técnicos Judiciários da área da psicologia também farão o encaminhamento para outros profissionais que irão acompanhar no âmbito externo e terapêutico às vítimas de abuso e violência sexual. À vista disso, os profissionais externos tomarão as devidas providências para que a criança ou adolescente violado possa ressignificar a vivência traumática a qual foi acometido (Schaefer; Rossetto; Kristensen, 2012).

#### 4.3 IMPORTÂNCIA DA MULTIDISCIPLINARIDADE EM CASOS DE ABUSO E VIOLÊNCIA SEXUAL NA SEGUNDA INFÂNCIA

Como vimos anteriormente nos aspectos Técnicos e Éticos, todo o movimento discursivo se desenvolveu a partir da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade como proposta de trabalho, visto que, em alguns casos o Psicólogo deverá atuar com apoio de outros profissionais. Por conseguinte, esta atuação se molda a partir da atenção psicossocial (Neves et. al, 2010).

Neves et. al (2010, p. 103) afirma que as ações psicossociais relacionadas:

[...] a(o) psicóloga(o), é composta por atividades psicossocioeducativas, de apoio e especializadas, realizadas prioritariamente em pequenos grupos. Tais atividades e ações possuem caráter disciplinar, interdisciplinar e têm cunho terapêutico (não necessariamente psicoterapêutico).

Dentro deste âmbito Neves et. al (2010, p. 103) aponta que:

Em 2001, foi implantado o Programa Sentinel (Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS –, atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS), em resposta às discussões geradas com a aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, que previa a garantia de atendimento integral e especializado às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual, bem como às deliberações das Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social.

Podemos perceber então que existem atores multidisciplinares não somente no contexto de atuação profissional, mas também no espaço das políticas públicas. Na Cidade de Manaus existe o Programa Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS), instalado na maternidade Moura Tapajós, na Compensa, zona Oeste da cidade. Além disso, existem também os Conselhos Tutelares, os CRAS e as Policlínicas e o Instituto da Mulher Dona Lindu (IMDL) localizado na Av. Mário Ypiranga, 1581 – Adrianópolis é referência a este tipo de atendimento (MANAUS, 2025).

A complexidade das situações de abuso sexual infantil exige intervenções interdisciplinares e intersetoriais, envolvendo os campos da saúde, assistência social, educação e sistema de justiça. De

acordo com o Ministério da Saúde (2021), a integração efetiva da rede de proteção é essencial para evitar a revitimização, assegurar a continuidade do cuidado e promover o desenvolvimento psicossocial da criança.

De acordo com Habigzang et al. (2006) apud Neves et. al (2010, p. 106) apontam a estrutura da rede de atendimento como sendo:

[...] componentes da rede social de atenção à criança e ao adolescente os Conselhos de Direito, Conselhos Tutelares, Promotoria e Juizado da Infância e Adolescência, e instituições como escolas, postos de saúde, hospitais e abrigos.

A interligação dos saberes em cunho interdisciplinar e multidisciplinar é de fato profícua ao ajustamento da atuação profissional em harmonia com as instituições mencionadas acima, bem como, os profissionais que atuam junto a elas, tendo em vista que, à atenção a esta parcela da população deve ser diferenciada, buscando uma ótica que vá para além do fazer da Psicologia e de seus cernes.

Atualmente, a rede de enfrentamento à violência sexual infantil tem sido reorganizada com base em protocolos nacionais e internacionais, priorizando fluxos intersetoriais e atendimento especializado. Destacam-se os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), os Conselhos Tutelares, os serviços de saúde habilitados para atendimento às vítimas de violência sexual, bem como as Delegacias Especializadas de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA/DEPICA). Essas redes atuam de forma integrada visando evitar a revitimização e promover cuidado integral e contínuo.

#### 4.4 TIPOLOGIAS E OS ÍNDICES DE ABUSOS SEXUAIS NA SEGUNDA INFÂNCIA

Partindo de estudo recentes, foram observados dados referentes a um Estado da Região Sudeste e dois Estados da Região Norte do Brasil, para que houvesse o entendimento de dados estatísticos envolvendo o tema proposto. Para isso, Teixeira Filho et. al (2013) que cita sobre os indicadores advindos do Disque Denúncia Nacional da Secretaria dos Direitos Humanos (SDRH), que passou a coordenar no ano de 2004, o Programa Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, os números foram alarmantes.

De janeiro a julho de 2010, o serviço recebeu 16.348 mil denúncias de violência contra os direitos humanos de crianças e adolescentes. A partir do relatório da SDRH, a região Nordeste foi a que mais fez denúncias ao DDN nos sete primeiros meses do ano (37.0%), seguidos pelo Sudeste (33.0%), Sul (12.0%) e, por último, Norte e Centro-Oeste, com 9.0% cada (Teixeira Filho, 2013, p. 93).

Ainda em consonância com a citação acima, as tipologias relacionadas a violência física, fenômenos psicossociais e psicológicos, estão no topo dos achados estatísticos que permeiam as denúncias que envolvem tanto crianças do sexo masculino quanto do feminino. Diante disso, mais de 60,0% das ocorrências são direcionadas a crianças do sexo feminino, e quando se movimentam para o abuso e exploração sexual, os números tendem a crescer ainda mais, chegam a 80,0% no exercício da apuração de ações que envolvam esses tipos de ato (Teixeira Filho et. al, 2013).

Alves et. al (2025) afirmam que em março de 2020 no advento da pandemia de Covid-19, as crianças e adolescentes ficaram mais vulneráveis a todos os tipos de mazelas sociais, considerando o afastamento e monitoramento destas por instituições que ofertam serviços socioassistenciais, ou seja, o monitoramento e as notificações de casos de violência contra crianças e adolescentes tiveram uma redução significativa, ocorrendo o aumento de casos de violência, especialmente em famílias de baixa renda.

Ainda de acordo com os autores, no Estado de Minas Gerais foram registrados nos anos 2017 a 2023 cerca de 17.837 casos. Tendo como base os registros, a faixa etária permeou crianças de 5 a 14 anos, dentre os maiores impactos estavam crianças e adolescentes do gênero feminino, já no caso de crianças e adolescentes do gênero masculino, houve menor impacto em relação ao registro de notificações no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) (Alves et. al., 2025).

Freitas et. al (2025) mostram que na Cidade de Macapá (AP), entre os anos de 2013 à 2022 ocorreu um aumento significativo de notificações de casos de violência contra crianças e adolescentes, de 75 para 125 durante os anos mencionados, com permanência do aumento móvel dos dados levantados durante os anos de 2021 e 2022. Ao total dos dados levantados, as outras destacam 777 registros de notificações, em sua prevalência maior direcionadas a pessoas do gênero feminino, cerca de 90.2% no total.

Nascimento (2023) trouxe evidências de que em 2020 no Estado do Amazonas foram registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) cerca de 2.142 casos de violência contra crianças e adolescentes, posteriormente no ano de 2021, houve registro de 1.532 casos. Em suas tabelas de dados, o autor mostrou prevalecer, em sua maioria, violência direcionada ao gênero feminino, cerca de 1.533 registros no ano de 2020. No que se refere ao gênero masculino, o total de registro no referido ano foi de 609 casos. Já no ano de 2021, o número de registros de casos de violência contra o gênero feminino foi de 1.083 e de registros de violência contra o gênero masculino ter sido de 449, os dados mostram que os alvos do agressor permanecem em sua maioria direcionados ao gênero feminino, independente do contexto em que ocorra.

De acordo com os dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN), no estado do Amazonas, no ano de 2024, foram registrados 3.397 casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências envolvendo adolescentes, considerando a faixa etária de 10 a 19 anos. Conforme descrito na base de dados, “no período analisado, o total de notificações de violência para indivíduos de 10 a 19 anos no estado do Amazonas foi de 3.397 casos” (Brasil, 2024). Observa-se que, dentre essas notificações, 1.958 casos referem-se à violência sexual, com maior concentração na faixa etária de 10 a 14 anos, que apresentou 1.522 registros, enquanto a faixa de 15 a 19 anos contabilizou 436 casos, evidenciando maior vulnerabilidade dos adolescentes mais jovens à violência sexual.

Em virtude das atualizações anuais dos dados de registros, não foram, até o momento, disponibilizados registros de referência do ano de 2025, em razão desse fator, os dados aqui evidenciados abrangem apenas os anos anteriores.

Assim sendo, é imprescindível ressaltar através de Lima (2019) que a maior parte dos casos de abuso e violência sexual, ocorrem no ambiente intrafamiliar, não deixando de lado ocorrências que estão espaço extrafamiliar. A autora ressalta em seu estudo que tem por nome ***“Dinâmica familiar e esquemas formados em adolescente vítima de violência sexual: um estudo de caso”*** que, os casos em sua maioria ocorrem quando as vítimas possuem 04, 09 e 11 anos de idade e envolvem tanto crianças do sexo feminino quanto masculino.

Nesses casos, a adequada avaliação e o eficiente atendimento psicológico das vítimas têm grande importância. Instrumentos padronizados têm sido cada vez mais utilizados como auxiliares na avaliação de diferentes aspectos da saúde mental de crianças e adolescentes. Tais instrumentos podem ser importantes auxiliares no diagnóstico e na avaliação da eficácia dos tratamentos realizados. Na atenção primária, as técnicas psicológicas podem identificar os casos mais graves e permitir um direcionamento mais apropriado dos recursos disponíveis (Duarte & Bordin, 2000 apud Albornoz, 2011, p. 8-9).

Dialogando com a citação acima, podemos perceber que, apesar de haver indicadores estatísticos, não somente a denúncia e o próprio monitoramento da rede de proteção serão sozinho eficazes, isto é, para que o suporte às vítimas seja de fato plausível, deve-se observar o acompanhamento psicológico, bem como, a visão multidisciplinar de outros profissionais que possam subsidiar a ressignificação da vivência traumática, que por sua vez traz consequências a estas pessoas.

A análise comparativa entre as regiões Norte e Sudeste do Brasil evidencia que os índices de violência contra crianças e adolescentes são fortemente influenciados por desigualdades regionais e pela organização das redes de proteção. Enquanto a região Sul apresenta maior visibilidade dos casos, em razão de sistemas de notificação mais estruturados e maior acesso aos serviços públicos, a região

Norte enfrenta limitações relacionadas à vulnerabilidade social, à extensão territorial e à dificuldade de acesso aos dispositivos de proteção, fatores que contribuem para a subnotificação e para a invisibilização de parte significativa das ocorrências.

Apesar dessas diferenças, observa-se que ambas as regiões compartilham características semelhantes quanto ao perfil das vítimas e à dinâmica da violência. Esses achados indicam que, independentemente da região, a violência sexual infantil e juvenil permanece como um problema estrutural, exigindo estratégias integradas de prevenção, fortalecimento da vigilância epidemiológica e atuação interdisciplinar contínua, a fim de garantir proteção integral e cuidado adequado às vítimas.

#### 4.5 CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS E PSICOSSOCIAIS DECORRENTES DE ABUSO SEXUAL

As consequências psicológicas e psicossociais podem afetar o comportamento de forma global, ou seja, relações intra e extrafamiliar em detrimento dos laços sociais de maneira geral. É claro que cada pessoa vivencia o trauma de modo diversificado e idiossincrático. Os aspectos cognitivos também são afetados, um exemplo é a perda significativa no rendimento escolar, outros fatores estão relacionados às questões socioculturais (Teixeira Filho et. al, 2013).

Florentino (2015) apud Lima (2019, p. 3) confirmam a alusão acima, postulando que:

[...] as consequências dessa forma de violência para as vítimas podem variar devido às suas características pessoais, ao apoio social e afetivo recebido por pessoas significativas e órgãos de proteção, e ainda, das características do abuso sexual em si. Assim, as alterações no desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental podem variar desde efeitos menores até transtornos psicopatológicos graves.

Deste modo, as questões voltadas para este tema, mostram que as implicações psicológicas podem ser atributos de engendram uma psicopatologia, tendo início no próprio embotamento afetivo, que por sua vez envolve tanto questões interpessoais quanto cernes voltados para a libido, sexualidade, corpo, gênero e dentre outros (Teixeira Filho et. al, 2013).

Outra reflexão se faz a partir de Pereira (2011), onde esta mostra que as situações que envolvem a violência e o abuso sexual, também fazem parte de uma linha de raciocínio, linha esta delimitada pela autora como “*maus-tratos*”. A autora traz uma ideia clara a respeito destas configurações como sendo as principais causadoras de perdas significativas no campo de atuação comportamental e cognitiva de uma criança. De acordo com esta:

Qualquer tipo de violência para com a criança remete para o Abuso Físico. O Abuso Sexual ocorre sempre que existam relações sexuais ou experiências sexuais, como a exposição a

filmes pornográficos, seja voluntária ou involuntariamente, desde que envolva a presença de um menor. Por último, o maltrato psicológico pode ser subdividido em cinco tipos: assediar, corromper, isolar, rejeitar e ignorar (Pereira, 2011, p. 12).

Tendo em vista os achados de Pereira (2011), pode-se perceber que são muitas as consequências que circundam o abuso e a violência sexual. Por isso, as atenções neste âmbito, devem ser estudadas de maneira inteligível, promovendo assim o esclarecimento, para que possam ser feitos apontamentos que aprimorem a atuação do Psicólogo enquanto profissional atuante na área da saúde mental.

Pesquisas recentes demonstram que o abuso sexual infantil continua gerando impactos significativos e duradouros no desenvolvimento psicológico e social das vítimas. Estudos nacionais e internacionais indicam que crianças e adolescentes expostos à violência sexual apresentam maior prevalência de sintomas de ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), dificuldades de regulação emocional e prejuízos no desempenho escolar e cognitivo, especialmente quando o abuso ocorre no contexto intrafamiliar ou de forma recorrente (Brasil, 2021; UNICEF, 2024).

Além disso, a literatura contemporânea destaca que fatores socioculturais como desigualdade social, fragilidade da rede de proteção e falta de acesso a serviços de saúde ampliam o impacto psicossocial dessas experiências traumáticas, especialmente em populações vulneráveis (Brasil, 2023; UNICEF, 2024). A presença de suporte familiar e de intervenções psicológicas especializadas e contínuas é associada a melhores desfechos, reduzindo a probabilidade de transtornos graves e promovendo a resiliência e a recuperação funcional (APA, 2023; CFP, 2022). Dessa forma, políticas públicas integradas e práticas clínicas humanizadas e centradas na criança são consideradas estratégias essenciais para mitigar os efeitos adversos e promover o desenvolvimento saudável ao longo do ciclo vital.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo pode-se entender como a atuação da psicologia é imprescindível para a identificação, acompanhamento, orientação e invenção de novos dispositivos que possam auxiliar no combate ao abuso e a violência sexual contra crianças e adolescentes. Foi possível também, identificar como a atuação técnica e ética deve ser eventualmente base para o exercício profissional.

Dentro das questões imbricadas às tipologias relacionadas à violência física, fenômenos psicossociais e psicológicos, estão no topo dos achados estatísticos que permeiam as denúncias que envolvem tanto crianças do sexo masculino quanto do feminino. Por meio da revisão de literatura,

foram observadas várias linhas de raciocínio, que por sua vez atenuaram as discussões a respeito do tema proposto. Os autores trouxeram ideias claras a respeito das configurações de abuso e violência sexual, como sendo as principais causadoras de perdas significativas no campo de atuação comportamental e cognitiva de uma criança.

Diante dos achados apresentados, evidencia-se que o enfrentamento do abuso e da violência sexual na segunda infância demanda não apenas a produção de dados estatísticos, mas, sobretudo, o fortalecimento de práticas psicológicas éticas, humanizadas e articuladas à rede de proteção. Conforme as diretrizes internacionais recentes voltadas ao cuidado de crianças sobreviventes de abuso sexual, o atendimento deve ser centrado na criança, com escuta sensível, qualificação contínua dos profissionais e organização de serviços ambulatoriais capazes de oferecer cuidado integral e seguro, configurando-se como um compromisso ético e social fundamental para a promoção da saúde mental e da dignidade humana (UNICEF; IRC, 2023).

À luz dos dados apresentados no tópico 4.4, observa-se que as tipologias de abuso e violência sexual na segunda infância mantêm elevada incidência, com predominância de casos envolvendo crianças do sexo feminino, embora crianças do sexo masculino também sejam significativamente afetadas. Os índices analisados, provenientes de sistemas oficiais de notificação, evidenciam maior vulnerabilidade nas faixas etárias mais precoces e revelam a influência de fatores estruturais, como desigualdades regionais, fragilidade das redes de proteção e subnotificação dos casos. Esses achados reforçam que a compreensão dos índices e das tipologias de violência sexual é fundamental não apenas para o dimensionamento do problema, mas também para o planejamento de intervenções psicológicas qualificadas, éticas e integradas à rede de proteção, voltadas à prevenção, ao cuidado e à promoção da saúde mental de crianças e adolescentes.

A prevenção da violência sexual infantil deve ser compreendida como responsabilidade coletiva, sustentada por políticas públicas, protocolos institucionais e práticas psicológicas éticas e contínuas, conforme diretrizes nacionais e internacionais voltadas ao cuidado centrado na criança.

Foi entendido que, apesar de haver indicadores estatísticos, não somente a denúncia e o próprio monitoramento da rede de proteção serão sozinhos eficazes, isto é, para que o suporte às vítimas seja de fato plausível, deve-se observar o acompanhamento psicológico, bem como, a visão multidisciplinar de outros profissionais que possam subsidiar a ressignificação da vivência traumática, que por sua vez traz consequências a estas pessoas.

## **AGRADECIMENTOS**

Aqui externalizam-se agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro que viabilizou esta pesquisa. À Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por oferecer o ambiente e os recursos necessários para o desenvolvimento deste manuscrito. À Equipe de Pesquisa que, contribuiu na realização da escrita e demais estruturas científicas deste trabalho. A todos(as) que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste estudo.

## REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Ana Celina Garcia. Desenho da figura humana: indicadores de abandono, abuso sexual e abuso físico em crianças. Tese (Doutorado em Psicologia) — Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: [cplayer.com.br/8345256-Desenho-da-figura-humana-indicadores-de-abandono-abuso-sexual-e-abuso-fisico-em-criancas.html#show\\_full\\_text](http://cplayer.com.br/8345256-Desenho-da-figura-humana-indicadores-de-abandono-abuso-sexual-e-abuso-fisico-em-criancas.html#show_full_text). Acesso em: 20 dez. 2025.

APA. Clinical Consequences of Childhood Sexual Abuse. Washington, DC: American Psychological Association, 2023. Disponível em: [https://www.apa.org/about/policy/sexual-abuse?utm\\_source](https://www.apa.org/about/policy/sexual-abuse?utm_source). Acesso em: 02 jan. 2026.

ALVES SIMÃO, Ana Lívia; VELOSO MENDES, Bárbara Hillary; SOARES PINHEIRO, Amanda; SARRETA BIGHI, Carolina; SEVERINO SOARES VENÂNCIO, Daniel; SLYWITCH NORONHA DE MORAIS, Mariana. Estudo ecológico: Análise das notificações de abuso sexual contra crianças e adolescentes entre 5 e 19 anos em Minas Gerais durante a pandemia da COVID-19. Revista Master - Ensino, Pesquisa e Extensão, [S. l.], v. 10, n. 20, 2025. DOI: 10.47224/revistamaster. v10i20.623. Disponível em: <https://revistamaster.emnuvens.com.br/RM/article/view/623>. Acesso em: 4 jan. 2026.

BRASIL. Código, De Ética Profissional Do Psicólogo. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) em situações de violência contra crianças e adolescentes. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, DF, 2022.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças e adolescentes em situação de violência. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/publicacoes/linha-de-cuidado-para-a-atencao-integral-a-saude-de-criancas-adolescentes-e-suas-familias-em-situacao-de-violencias-orientacao-para-gestores-e-profissionais-de-saude/view>. Acesso em: 20 dez, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS – DATASUS. Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN): violências interpessoais. 2024. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/violencia/bases/violebrnet.def>. Acesso em: 04 jan. 2026.

CARNEIRO, Adriana Munhoz. Psicologia hospitalar: teoria, aplicações e casos clínicos. Pico-USF (Impr.), Itatiba, v. 15, n. 1, p. 135-137, Apr. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-8271201000100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-8271201000100014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 08 set. 2019.

CARVALHO, LILIANE BRANDÃO. Práticas do Psicólogo em Instituições Públicas de Saúde: O Cuidado para com o Outro. 2006. Disponível em: [http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2289/1/2006\\_dis\\_LBCarvalho.PDF](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2289/1/2006_dis_LBCarvalho.PDF). Acesso em: 12 jun. 2020.

DE PAIVA SANTELLO, Danielle; ZAITH, Michele Cristina. Intervenção Institucional: Atendimento Psicológico no Setor Ambulatorial. 2012 Disponível em:  
<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0681.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2021.

FONSACA, Kriscieli; ARAÚJO, Diana Sales Lima. Desenvolvimento cognitivo: um estudo de caso na segunda infância. In: X congresso nacional de educação—EDUCERE & I seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação—SIRSSE. 2011. Disponível em:  
[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2011/5713\\_3013.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2011/5713_3013.pdf). Acesso em: 06 set. 2019.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. Análise de conteúdo. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012. (Série de Pesquisa, Vol. 6)

FREITAS, K. P. B.; ALMEIDA, P. R. R. de; NEVES, M. N. dos S. S.; SANTOS, H. D. R.; MIRANDA, G. A. de. Abuso sexual contra crianças e adolescentes em uma Capital da Amazônia Legal. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 25, p. e18145, 13 fev. 2025.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Amanda Boaventura. Dinâmica familiar e esquemas formados em adolescente vítima de violência sexual: um estudo de caso. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, v. 8, n. 1, p. 17-27, 2019. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1787>. Acesso em: 27 ago. 2021.

MANAUS. Prefeitura de Manaus: Você passou por uma situação de violência sexual? Prefeitura de Manaus, 2025. Disponível em: <https://www.manaus.am.gov.br/semsa/unidades/voce-passou-por-uma-situacao-de-violencia-sexual/>. Acesso em: 04 jan. 2026.

NASCIMENTO, Jefferson Araújo do. Violência sexual contra crianças e adolescentes: análise de dados e prevenção no contexto educacional amazônico. 2023. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2023.

NEVES, Anamaria Silva et al. Abuso sexual contra a criança e ao adolescente: reflexões interdisciplinares. Temas em psicologia, v. 18, n. 1, p. 99-111, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751435009.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2022.

PAPALIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela. Desenvolvimento humano. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2021.

PEREIRA, Elisa Ângela Monteiro. História de maltrato e indicadores de qualidade de vida: o que relatam os sujeitos identificados como maltratados na infância. 2011. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repository.sdum.uminho.pt/handle/1822/17844>. Acesso em: 10 ago. 2025

SCHAEFER, Luiziana Souto; ROSSETTO, Silvana; KRISTENSEN, Christian Haag. Perícia psicológica no abuso sexual de crianças e adolescentes. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 28, n. 2, p. 227-234, 2012. Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/profile/Luiziana\\_Schaefer/publication/262651843\\_Forensic\\_psychological\\_examination\\_in\\_child\\_and\\_adolescent\\_sexual\\_abuse/links/0c960539f4b33a257b000000/Forensic-psychological-examination-in-child-and-adolescent-sexual-abuse.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Luiziana_Schaefer/publication/262651843_Forensic_psychological_examination_in_child_and_adolescent_sexual_abuse/links/0c960539f4b33a257b000000/Forensic-psychological-examination-in-child-and-adolescent-sexual-abuse.pdf). Acesso em: 03 jan. 2025.

TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva et al. Tipos e consequências da violência sexual sofrida por estudantes do interior paulista na infância e/ou adolescência. *Psicologia & Sociedade*, p. 90-102, 2013. Disponível em: <https://submission3.scielo.br/index.php/psoc/article/view/30514>. Acesso em: 10 set. 2025.

UNICEF; International Rescue Committee. Caring for child survivors of sexual abuse: second edition — resource package and guidelines. New York: UNICEF, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/caring-child-survivors-sexual-abuse-resource-package>. Acesso em: 23 dez. 2025.

UNICEF. Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: UNICEF Brasil, 2024. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/30071/file/panorama-violencia-lethal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil-v04%20\(003\).pdf.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/30071/file/panorama-violencia-lethal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil-v04%20(003).pdf.pdf). Acesso em: 02 jan. 2026.

VAN DER KOLK, Bessel. O corpo guarda as marcas: cérebro, mente e corpo na cura do trauma. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.

WENDLING, Michelle Menezes et al. Hospital e psicanálise: A atuação do psicólogo em um ambulatório de Pediatria. *Rev. SBPH*, São Paulo, v. 22, n. spe, p. 186-204, 2019. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-08582019000300014&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582019000300014&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20 out. 2025.